

# Economistas e culturas econômicas no Brasil e na Argentina

notas para uma comparação a propósito das heterodoxias\*

Federico Neiburg

*[...] never remains the same, but changes from day to day [and of – ten] [...] nobody knows what a particular coin is worth, and money as to be dealt in, bought and sold, or changed from its value.  
A thing which is against its nature.  
Nicolas Oresme, De Moneta, c. 1360*

Em meados do **século XIV**, verificou-se na Europa Ocidental uma inflexão na interrogação moderna acerca da natureza do dinheiro. À medida que a unificação política dos Estados punha na ordem do dia a homogeneização e a centralização monetárias (estabelecendo a distinção ainda hoje vigente entre moedas autênticas e moedas espúrias ou quase-moedas), alguns dos maiores sábios da época, como **Nicolas Oresme**, especulavam sobre as razões e as conseqüências da **rápida perda de valor do dinheiro**. É que a **Peste Negra**, que levava vidas, mas não bens, deixava uma herança maldita: a inflação, alimentada pelo excesso de riqueza nas mãos dos sobreviventes, dedicados a um “consumo suntuoso”.

As teorias de Oresme tinham uma finalidade prática: indicar mecanismos para estabilizar o preço dessas unidades de valor cunhadas pelos monarcas e que, no alvorecer da modernidade, estavam cada vez mais presentes nos intercâmbios entre as pessoas<sup>1</sup>. Oresme foi um dos primeiros exemplos de uma figura com a qual estamos hoje familiarizados: os **money**

\*Este texto é o resultado de uma pesquisa em curso sobre economistas e culturas econômicas no Brasil e na Argentina, trabalho que venho desenvolvendo com apoio de uma bolsa da Guggenheim Foundation no quadro das atividades do Núcleo de Pesquisas em Cultura e Economia. Tenho contado com a inestimável colaboração de Ana King e Michele Markowitz para o levantamento de informação em jornais e revistas. Desejo agradecer a Afrânio Garcia por suas generosas indicações relativas à rentabilidade de uma socio-

logia dos planos de estabilização. Agradeço também a Mariano Plotkin por sua atenta visão crítica desde que começamos, juntos, a nos interessar pelos economistas. Versões preliminares foram apresentadas no seminário “El comparatismo como problema. Por un enfoque transnacional para la historia cultural latinoamericana”, organizado pelo Programa de Historia Intelectual da Universidad Nacional de Quilmes (Buenos Aires, dez. 2003) e no seminário “Redes Intelectuais e História Social da Cultura”, organizado pelos Departamentos de Sociologia e Antropologia da USP (São Paulo, ago. 2004). Agradeço a todos os colegas que gentilmente discutiram meu trabalho nessas ocasiões. A versão em português resulta do cuidado de Sérgio Benevides.

1. Oresme ganhou notoriedade depois de ser designado conselheiro de finanças de Carlos V. Kaye (1988, pp. 253 e 258-260) sugeriu relações entre as teorias do dinheiro de Oresme e outros escolásticos e as dos economistas neoclássicos.

**doctors** – categoria que debutou na América Latina no final do século XIX, na negociação das dívidas externas e no desenho de planos de estabilização monetária (cf. Drake, 1994) – **que eram chamados pelos governantes** para erradicar algo a que sua própria presença confere o caráter de um verdadeiro cataclismo na vida coletiva: o desequilíbrio monetário. Confrontadas com diagnósticos que apontam para o risco de sua própria dissolução devido à ação descontrolada do “vírus da inflação”, responsável por voltar a moeda contra sua própria “natureza”, as sociedades submetidas a “tratamentos de emergência” têm sido um campo particularmente propício para a prática (e para a prática teórica) dos economistas.

Nas últimas décadas do século XX, brasileiros e argentinos experimentaram repetidas crises e terapias monetárias. À medida que o valor do dinheiro se transformava em um dos principais motivos de preocupação coletiva, instâncias-chave de decisão no plano estatal e lugares cada vez mais destacados no espaço público passaram a ser ocupados por **economistas – esses intelectuais raramente identificados como tais pelos intelectuais que estudam intelectuais**. Os modernos *money doctors* auto-identificavam-se e eram reconhecidos como **“heterodoxos”**. Procuravam legitimar suas terapias de estabilização com base em princípios diferentes dos que justificavam as fórmulas implementadas até então, a fim de evitar alguns de seus “efeitos colaterais negativos”, como a recessão e o desemprego. Para tanto, puseram em prática dispositivos que implicavam alterações radicais nas “regras do jogo” da economia, estabelecendo, entre outras medidas, congelamentos de preços, revisões gerais de contratos e a mudança das moedas nacionais (na Argentina, o primeiro plano heterodoxo determinou, em junho de 1985, o fim do peso e sua substituição pelo austral; no Brasil, em fevereiro de 1986, o cruzeiro cedeu lugar ao cruzado).

Os arquitetos dos planos heterodoxos singularizavam-se também pela combinação de uma série de propriedades sociais: intensa participação nos processos políticos locais (marcados pela transição de ditaduras militares a governos democráticos); formação em faculdades de economia de seus respectivos países, o que lhes permitia dialogar com os saberes econômicos produzidos pela geração anterior de economistas, integrada por indivíduos que haviam modernizado a disciplina na região e que também tinham sido técnicos a serviço do Estado; e passagem por universidades de primeira linha nos Estados Unidos, onde obtiveram um capital relativamente alto de relações internacionais e aprenderam a dominar a linguagem universal e neutra dos números (isso que, para alguns, faz da economia a única ciência

social verdadeira), condição para adquirirem certa reputação, transformando seus países e as experiências heterodoxas em verdadeiros laboratórios para a especulação teórica e a prática de políticas econômicas no plano internacional – um privilégio que esses países dividiram não só com outros da América Latina, mas também, e muito especialmente, com Israel nos anos de 1980 e com algumas nações da Europa Oriental nos anos de 1990.

A literatura recente sobre os economistas e a história econômica desses países ocupou-se em descrever a transição entre o predomínio de modelos “desenvolvimentistas”, na década de 1960, e a preponderância de paradigmas “neoliberais”, na década de 1990 (identificando o ponto de inflexão dessa passagem com o lançamento da última geração de planos de estabilização: Convertibilidade, em 1991, na Argentina; e Real, em 1994, no Brasil). Talvez devido ao caráter excessivamente panorâmico de seus retratos, mesmo os melhores trabalhos realizados com base numa perspectiva comparativa<sup>2</sup> ignoraram as experiências heterodoxas, quando não as subsumiram, com base em projeções anacrônicas, nos “antecedentes da era neoliberal”.

Neste artigo, sustento que vale a pena examinar, com uma lente mais poderosa, a intimidade dessas experiências. Em primeiro lugar, porque, ao consagrar idéias e políticas heterodoxas, elaboradas por terapeutas locais, esses planos de estabilização oferecem um campo privilegiado para o estudo da dinâmica de transformação nas relações entre saberes econômicos e terapias econômicas nos espaços nacionais e no plano internacional, permitindo um olhar mais ajustado sobre os vínculos entre elites intelectuais e elites estatais em cada país. Uma segunda razão para o interesse nesses planos de estabilização é o fato de cristalizarem uma longa história ao fim da qual não só os especialistas tinham convertido o desequilíbrio monetário em tema central de suas preocupações, mas também as populações haviam aprendido a conviver com a inflação e com os tratamentos destinados a eliminá-la, construindo modos de conceituar o aumento constante de preços, compondo interpretações dos dispositivos elaborados pelos profissionais da economia e concebendo formas de se defender e de tirar partido da instabilidade.

A sociologia histórica já demonstrou suficientemente o valor das comparações para a compreensão dos processos de circulação de idéias econômicas, dos mecanismos de importação de modelos de gestão e de suas consequências na transformação dos Estados nacionais (cf. Dezalay e Garth, 2002; Fourcade-Gourinchas e Babb, 2002; Hall, 1987; Love, 1994; Sikkink, 1991; Weir e Scokpol, 1989). Mas, de modo geral, restringiu sua visão aos profissionais da economia e da política, sem considerar os processos de

2. Como Dezalay e Garth (2002) sobre México, Chile, Brasil e Argentina, e Fourcade-Gourinchas e Babb (2002), contrastando México e Chile com França e Grã-Bretanha.

difusão das formas “econômicas” de perceber e atuar no mundo social fora do estreito universo desses especialistas. Este artigo propõe-se a indicar algumas linhas de análise que permitem percorrer esse caminho até agora pouco explorado. Por essa razão, minha descrição se move constantemente entre os próprios economistas, as modulações das esferas públicas nacionais (e em particular das esferas públicas econômicas, que no período considerado estavam plenamente estruturadas, povoadas de jornalistas e de meios de comunicação especializados) e o que, por falta de um termo melhor, pode-se denominar culturas econômicas – isto é, as disposições sociais que os indivíduos mobilizam naquilo que os especialistas entendem como a dimensão econômica da vida social, ou, em outros termos, as formas nativas de representar e de atuar na vida econômica (cf. Bourdieu, 1977; Gudeman, 1986). Não creio ser necessário discutir conceitualmente aqui a noção de “cultura econômica”. Basta acrescentar que ela serve, na tradição da sociologia histórica da cultura inaugurada por Weber, para focalizar as mediações entre usos eruditos e práticos das categorias que servem para pensar e atuar no mundo da economia (ou para atuar e pensar economicamente no mundo social).

#### Teorias e culturas da inflação

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, e especialmente a partir dos anos de 1950, a pergunta sobre natureza e origens da inflação (às vezes, embora nem sempre, vista como uma dimensão da questão do desenvolvimento econômico) ocupou um lugar central entre os economistas latino-americanos ou interessados na América Latina. O debate logo se cristalizou em duas escolas ou correntes mutuamente reconhecidas. De um lado, os estruturalistas, que propunham uma visão global da articulação entre setores da produção, fazendo recair a responsabilidade principal do aumento de preços nos “estrangulamentos”, em especial, do setor agrícola (em outros termos, era uma perspectiva que sublinhava os problemas da oferta de bens) (cf., por exemplo, Sunkel, 1958). De outro lado, os monetaristas, mais próximos das visões ortodoxas ou neoclássicas, que centravam a interpretação do fenômeno inflacionário na abundância de dinheiro (ressaltando os efeitos do excesso de demanda) (cf., por exemplo, Campos, 1961). A contenda ganhou consistência também graças à participação de uma série de figuras que, reconhecendo e sendo reconhecidas por ambas as escolas, tomavam distância delas, apresentando-se como independentes e enfatizando outras

dimensões do fenômeno inflacionário (como a estrutura de impostos, por exemplo) (cf., por exemplo, Olivera, 1960, 1967; Simonsen, 1964, 1970)<sup>3</sup>.

A densidade da disputa indicava a existência de um campo de economistas profissionais relativamente autônomo em diversos países do subcontinente (como Argentina, Brasil, Chile ou México), com instituições próprias de formação e difusão de teorias e políticas (inclusive vários dos atores do debate ocupavam posições centrais nesse campo). A discussão conferia também certo prestígio internacional a alguns de seus protagonistas, ao passo que, nos âmbitos acadêmicos internacionais, transformava a região num espaço atrativo, “bom para pensar” o problema da inflação. No entanto, apesar de toda a atenção dada ao desequilíbrio monetário, o certo é que, como constatou Albert Hirschman duas décadas mais tarde ([1981] 1984, p. 247), a inflação na América Latina acabou tornando-se “onipresente, prolongando-se por um período extenso, de modo que hoje [em 1980] parece familiar e quase ‘normal’”<sup>4</sup>.

Refletir sobre as causas dessa persistência é, e pode continuar sendo, uma obsessão para os economistas. Por seu turno, um antropólogo ou um historiador interessado na inflação, não como ocorrência econômica mas como fato social e cultural, não poderá deixar de atender a uma das dimensões da construção do fenômeno que só costuma ser considerada pelos economistas no plano de suas lutas internas (isto é, para desclassificar adversários acusados de serem responsáveis pela criação de modelos defeituosos ou pelo fracasso na implementação de uma determinada política). Refiro-me à participação dos próprios economistas na elaboração de uma verdadeira pedagogia da economia inflacionária, de dispositivos e tecnologias que permitiram às populações (os “agentes econômicos”) aprender a conviver com a instabilidade monetária, a se defender de seus efeitos nocivos e também a aproveitar as oportunidades abertas por ela.

Talvez não haja um período mais significativo para observar esse processo de cultura econômica do que a década de 1960. Enquanto discutiam as origens e a natureza da inflação e proclamavam o desequilíbrio monetário um dos piores obstáculos para o desenvolvimento econômico, os especialistas formulavam hipóteses sobre as margens toleráveis da inflação (algo que não era de modo algum patrimônio de uma ou outra corrente)<sup>5</sup>. Ao mesmo tempo, países como Brasil e Argentina experimentavam uma verdadeira proliferação de indicadores de medição de preços, impulsionada por uma dinâmica verificável ainda hoje: a implantação de cada novo plano de estabilização costuma “exigir novos e melhores recursos técnicos”, ao

3. Uma das principais encenações desse debate ocorreu numa conferência celebrada em janeiro de 1963 na FGV do Rio de Janeiro. Os trabalhos apresentados podem ser vistos em Baer e Kerstenetzky (1964). O melhor panorama da história progressiva dos debates sobre a inflação na América Latina (desde meados do século XIX) é o trabalho de Hirschman (1963) sobre o caso chileno. Para o Brasil, há elementos úteis em Rangel (1963) e Simonsen (1970). Para a Argentina, ver Berrotarán *et al.* (2004).

4. Desde 1960 os índices de inflação anual no Brasil e na Argentina foram sempre de dois dígitos. Na Argentina, as porcentagens superaram a marca de 100% a partir de 1975, com um pico de quase 5000% em 1989. No Brasil, a inflação se estabilizou em três dígitos desde 1982, baixou a dois dígitos no ano de implementação do Cruzado e alcançou mais de 1000% nos anos prévios ao lançamento do Real, enquanto nos Estados Unidos a inflação registrou dois dígitos somente entre 1979 e 1981.

5. Como se sabe, mesmo no debate atual, os que se identificam como herdeiros das correntes estruturalistas são partidários da introdução de liquidez no mercado para favorecer o crescimento econômico. Menos evidente é descobrir esse mesmo tipo de teoria na prática política de economistas identificados com o monetarismo, como Roberto Campos no Brasil ou Krieger Vasena na Argentina (ambos ministros na década de 1960).

6. Certamente a história dos indicadores de medição de preços é muito mais extensa. Na Argentina, os *index numbers* foram introduzidos por Alejandro Bunge na década de 1920 (cf. Pantaleón, 2004). No Brasil, em 1944, a FGV criou o índice mais antigo entre os que existem atualmente (o IGP-DI). Mas, após a década de 1960, assiste-se a uma verdadeira proliferação de indicadores, paralela à proliferação de instituições no campo dos economistas. Por outro lado, algumas dessas instituições (como FIEL na Argentina ou a FGV no Brasil) foram pioneiras na implementação de

passo que os economistas reunidos em instituições concorrem no mercado de idéias e políticas, elaborando e vendendo índices logo consumidos na esfera pública econômica, cada vez mais povoada por boletins de empresas e de associações, por revistas de grande circulação, por jornais e seções informativas especializadas (o que, por sua vez, amplia o mercado de trabalho dos profissionais)<sup>6</sup>.

Essa foi também uma época de acentuadas expectativas de “mobilidade social” e expansão do consumo entre as crescentes classes médias urbanas, um período especialmente marcado pela multiplicação de meios de pagamento: cartões de crédito, cheques e sistemas de poupança e empréstimo para a compra de moradias, automóveis e eletrodomésticos (objetos centrais nos padrões de modernidade e conforto dos *sixties*)<sup>7</sup>. Para “estimular o desenvolvimento”, governos, associações de empresas, bancos e agências de investimento empenharam-se também na ampliação do mercado de capitais, buscando não só que as pequenas e médias empresas negociassem ações na Bolsa, mas também que os títulos privados e públicos fossem comprados por indivíduos que aprendiam a investir em valores para “ganhar” da inflação. Assim, desde o final dos anos de 1950 expandiram-se as campanhas para atrair investidores para a Bolsa, diversificaram-se as folhas de informação financeira distribuídas nas *cities* de Buenos Aires ou São Paulo e foram editados novos manuais do bom investidor para não-especialistas. Em termos mais institucionais, por exemplo, promoveram-se seminários nacionais do “Programa para o desenvolvimento do mercado de capitais”, organizados pelo Centro de Estudios Monetarios Latinoamericano (Cemla), criado em 1952 pelos Bancos Centrais do continente.

Por outro lado, enquanto insistiam em denunciar a calamidade do aumento de preços e desenhavam e implementavam sucessivos planos de estabilização, os profissionais encarregados da gestão estatal da economia punham em funcionamento dispositivos que difundiam a cultura da instabilidade monetária. Um exemplo: num discurso transmitido em cadeia nacional de rádio e televisão na Argentina, em julho de 1962, o ministro da Economia Álvaro Alsogaray, depois de anunciar que “o país enfrenta a mais grave crise econômica de sua história recente”, comunica o lançamento do “Empréstimo Nacional 9 de Julho”, um título público cujo valor “não sofrerá os efeitos da inflação”. O ministro convoca a que “em cada cidade, em cada povoado, em cada escola, em cada fábrica, numa palavra, em cada lugar onde se reúnam vontades argentinas, organizem-se comissões, discuta-se, estimule-se e desenvolva-se a idéia do empréstimo” (*El Cronista Comercial*,



10/7/1962, p. 1). E anuncia contar-se, em breve, com a disposição do comércio e dos empresários para receber e pagar dívidas não em moeda corrente, mas nesses títulos. Poucas semanas depois, determina-se o pagamento de parte dos salários dos funcionários públicos em “Títulos 9 de Julho”. Assim sucede por alguns meses, até que, perto do fim do ano, Alsogaray renuncia a seu posto. Outro exemplo: o Programa de Ação Econômica do Governo posto em marcha durante o regime militar no Brasil, sob o governo do marechal Castello Branco, em 1964, e elaborado por Otávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos. O PAEG deu início a um processo de indexação institucionalizada da economia sem paralelo em outros contextos nacionais, com a invenção da chamada “correção monetária” e os reajustes de contratos e salários segundo as variações de uma moeda virtual que teria longa vida no país: as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) (para uma análise contemporânea deste processo, ver Gudin, 1967).

O fato de dispositivos semelhantes não terem tido tal continuidade na Argentina certamente é um índice da menor densidade da esfera estatal nesse país, em comparação com o Brasil (ponto ao qual voltaremos mais adiante). Mas com as comparações no plano das culturas da economia é preciso ser cuidadoso: na construção de mecanismos de interiorização da instabilidade monetária, a relativa continuidade na implementação de uma política pode ser tão eficaz quanto a adoção de uma série de políticas heterogêneas e descontínuas que obrigam os agentes econômicos a aprender permanentemente novas “regras do jogo”. Por outro lado, nem tudo se dá no plano das políticas públicas (como mostra a proliferação de meios de pagamento, o mercado certamente “atua” com relativa autonomia) e, finalmente, nem tudo se restringe ao universo das regras (como se sabe, às vezes são estas que acabam incorporando hábitos desenvolvidos pelos agentes para burlá-las).

De qualquer maneira, este texto não visa a avançar numa história cultural comparada da inflação. O que se disse até aqui é suficiente para sustentar uma das idéias centrais deste artigo: a de que a instabilidade monetária teve sempre entre seus artífices os economistas (para ser conceitualmente mais rigorosos e capturar a polivalência própria dessa especialidade no mundo atual, vale a pena utilizar melhor a expressão, de inspiração weberiana, “profissionais da economia”, isto é, os indivíduos dedicados a viver “de” e “para” a economia: funcionários de agências internacionais e de governos, acadêmicos, jornalistas, operadores etc.). Um dos resultados da contribuição dos profissionais da economia para a construção social da instabilidade mone-

estratégias voltadas à difusão, por meio da imprensa, dos indicadores que elas próprias produziam, oferecendo cursos de formação econômica para jornalistas.

7. Na Argentina, os primeiros cartões de crédito foram anunciados em outubro de 1969. No Brasil, a utilização do cheque para pagamentos correntes começou a se generalizar também em fins da década de 1960.

tária pode ser visto nas carreiras acadêmicas, políticas e até mesmo empresariais ou financeiras, nacionais e internacionais, de vários deles. Outro desses efeitos se faz notar na transformação da linguagem da economia monetária numa dimensão do sentido comum para amplas camadas das populações urbanas de países em que a inflação acabou sendo, nas palavras já citadas de Hirschman, “algo familiar e quase normal”.

Dessa constatação derivam ainda dois pontos. O primeiro indica a utilidade da reconstrução do longo e lento processo de cultivação econômica para a compreensão dos comportamentos individuais e coletivos nos momentos de crise ou hiperinflação<sup>8</sup>. Certamente esses momentos são privilegiados para o exercício da pedagogia da economia<sup>9</sup>, mas só na condição de poderem ser mobilizadas disposições já incorporadas, inclusive também em períodos de relativa estabilidade e bem-estar. O segundo ponto está relacionado aos “efeitos performativos” da ciência econômica sobre a vida social – uma hipótese que se generalizou na literatura recente a partir de um texto de Michel Callon (1998) e que, como mencionaram MacKenzie e Millo (2003, pp. 108-110), espera ainda demonstrações empíricas plenamente convincentes. Mas, para semelhante demonstração, parece-me necessário refinar o postulado de Callon, mostrando que, se há algo semelhante à performatividade, seu agente não é a “ciência econômica” (uma inexistente, abstrata e homogênea *economics*, com *agency*). Em vez disso, seria mais adequado considerá-la efeito das relações de interdependência e de concorrência entre profissionais da economia que atuam ao mesmo tempo no plano das políticas, da academia e do mercado. Vejamos então esse mundo complexo com um pouco mais de proximidade e detalhe em alguns capítulos de sua história recente, no Brasil e na Argentina.

Crise e salvação nacional: a hora dos heterodoxos

Na segunda-feira 22 de abril de 1985, os diários de Buenos Aires informaram em grandes manchetes o início do julgamento das Juntas Militares que haviam governado o país entre março de 1976 e dezembro de 1983. Com uma singular intensidade, os argentinos eram expostos ao passado recente, marcado por assassinatos em massa, torturas, exílios e proscricções. Nesse mesmo dia, o presidente Raúl Alfonsín declarou publicamente que a nascente democracia estava ameaçada e chamou os cidadãos para se reunirem, na sexta-feira, na Plaza de Mayo, principal centro político e simbólico do país. Mais de 200 mil pessoas responderam ao chamado. Contudo,

8. Algo que permitiria avançar com respeito às descrições já disponíveis, como as propostas para o caso argentino por Spitta (1988) e por Sigal e Kessler (1997).

9. Como sugeriram Dixon (1998, pp. 47-60) e Lebaron (2001, pp. 176-181), respectivamente, para Grã-Bretanha e França.



dando uma guinada inesperada no discurso pronunciado dos balcões da Casa Rosada (e reproduzido em todo o país por rádio e TV), o chefe de Estado quase não se referiu à suposta conspiração golpista. Disse, em contrapartida, que a principal ameaça era a inflação – mais precisamente, o fato de que “a instituição da moeda desvaneceu-se na Argentina”. Restituir seu valor exigia a imposição de uma verdadeira “economia de guerra”, advertiu Alfonsín, acrescentando: “Todos devemos começar a nos dar conta do que isso significa”.

Como vimos, os argentinos conviviam há muito tempo com taxas de inflação expressivas. Embora na última década os índices anuais fossem sempre de três dígitos, a democracia parecia acentuar os desequilíbrios, e eram várias as vozes que há meses advertiam sobre as possíveis conseqüências políticas, no curto prazo, do aumento exponencial dos preços. Em 1983 a inflação chegara a 343% e em 1984 (primeiro ano do mandato de Alfonsín) a 688%, provocando, em fevereiro do ano seguinte, a substituição do primeiro gabinete econômico do governo. Dessa forma, embora a multidão tenha se retirado atônita da Plaza de Mayo devido ao rumo que os acontecimentos haviam tomado, certamente todos tinham, como o próprio presidente sugeriu em suas palavras, elementos para entender do que se estava falando. A “crise argentina” era, a partir de então, sinônimo de desequilíbrio monetário. Seriam necessárias terapias de emergência para salvar a nação do abismo.

Pouco menos de dois meses depois, em 14 de junho, Alfonsín voltou a se dirigir aos argentinos, anunciando um amplo plano para “acabar com a inflação e salvar a democracia”. Quando está em jogo o sistema político, disse, “não é possível pensar em gradualismos”, faz-se necessária uma verdadeira “política de choque”. O presidente foi seguido do ministro Juan Sourrouille, que explicou em detalhes os principais eixos do plano a ser imediatamente posto em marcha: congelamento geral de preços para terminar com a indexação da economia, substituição do peso por uma nova moeda nacional, o austral, e revisão de todos os contratos do mercado de futuros, aplicando-se uma regra de conversão ou “deságio”.

Os austrais demoraram quase seis meses para ganhar as ruas, e se passaram algumas semanas até que as antigas notas de peso começassem a circular carimbadas com o novo signo. Enquanto a população devia fazer funcionar um conversor mental, excluindo três zeros dos valores nominais (um austral era equivalente a mil pesos), o governo e os principais agentes econômicos (bancos e empresas) bombardeavam o público, por meio da mídia,

com as novidades. Havia peças de pura retórica, como a publicidade do Banco Español que festejava: “A moeda forte. Para terminar com o peso da incerteza”; ou a do próprio governo que anunciava: “O austral é um dinheiro forte, saudável, que não carrega o peso da inflação”. Mas os cidadãos eram também apresentados aos sofisticados dispositivos do plano, como nas simulações da tabela diária de deságio, que a partir de então deveria ser utilizada para calcular salários, aluguéis, cotas etc. Num quadro-negro, uma professora explicava com um ponteiro:

---

COMO PAGAR HOJE, 19 DE JUNHO, EM AUSTRALS, UMA DÍVIDA CONTRAÍDA ANTES DE 15 DE JUNHO

Se você devia pagar \$ 10.000, aplicando a escala de conversão para 19 de junho, de 0,966618, agora deverá pagar:  $10.000 \times 0,966618 = 9,666$

1.000

Ou seja, deve pagar: A 9,666

---

Tal complexidade gerava reações diversas. Alguns acentuavam as dificuldades que essa mecânica de conversão entre moedas para os contratos futuros devia suscitar entre os não-especialistas. Como constatava com certa ironia um columnista do jornal *Clarín* (17/6/1985, p. 22), o termo deságio, um neologismo utilizado pelos “autores do engenhoso plano”, “deriva do latim *aggio*, lucro que se produz no câmbio, mas se presta a confusão, e vale a pena que seja esclarecido”. Por outro lado, não faltava também quem pudessem recorrer a experiências não tão remotas para navegar no presente, como a substituição da moeda nacional em 1970 (com a conversão de cem pesos antigos em um peso lei), ou a “tablita” de conversão peso/dólar implementada pelo ministro Martínez de Hoz entre 1978 e 1980 (que, pensada também como forma de combater a inflação, foi um primeiro ensaio de dolarização das transações correntes, estabelecendo as cotações futuras da divisa)<sup>10</sup>.

Quem eram os engenhosos terapeutas do Austral? Todos economistas profissionais, ao contrário daqueles que até então tinham gerido as políticas econômicas do partido do governo (como o primeiro ministro da Economia de Alfonsín, Bernardo Grinspun, que era contador). Depois de se graduar na Universidade de Buenos Aires, vários tinham obtido seus doutorados nos Estados Unidos (José Luis Machinea em Minnesota, Daniel Heymann na Califórnia, Mario Brodersohn em Harvard, Adolfo Canitrot em Stanford), com teses que tratavam mais ou menos diretamente da inflação sob perspectivas não monetaristas – enriquecendo com isso os trabalhos de vários professores de relativo prestígio nos Estados Unidos que tra-

10. As mudanças de moeda nacional, com a implantação de equivalências entre antigas e novas denominações, têm sido processos privilegiados para a difusão e a interiorização de culturas da instabilidade monetária: na Argentina, desde 1969, pesos moeda nacional, pesos lei, pesos convertíveis, pesos; no Brasil, desde 1967, cruzeiro, cruzeiro novo, cruzeiro cruzado, cruzeiro novo, cruzeiro, cruzeiro real, real.

tavam da instabilidade monetária e do crescimento econômico em países subdesenvolvidos. Esse foi o caso do integrante mais jovem da equipe, Heymann, que defendeu sua tese na UCLA sob a supervisão de Axel Leijonhufvud – nessa época, um professor de grande prestígio, mas, como neo-keynesiano, um *outsider* (cf. Snowden, 2003). Seu interesse em compreender contextos de extrema instabilidade monetária fora do marco da teoria do equilíbrio geral tornava-o (nas palavras de Heymann, em entrevista ao autor em novembro de 2003, em Buenos Aires) especialmente atrativo para estudantes oriundos de países com tradição inflacionária e que, por razões teóricas e ideológicas, preferiam não realizar seus doutorados em departamentos de economia identificados com o *mainstream* monetarista – isto é, buscavam modos de combater a inflação sem implementar políticas regressivas em termos de renda e emprego<sup>11</sup>. A associação entre professor e aluno acabou rendendo vários frutos, como no trabalho de Heymann e Leijonhufvud (1995), em que revisam, entre outras, as experiências da Argentina, da Bolívia, do Brasil, de Israel, do México e do Peru nos anos de 1980.

Do grupo, só o ministro Sourrouille havia ocupado antes altas funções no campo estatal (como primeiro diretor do Instituto Nacional de Estadísticas y Censos, Indec, fundado em 1968), embora antes ou depois de voltar dos Estados Unidos quase todos eles tivessem trabalhado como técnicos em instituições estatais (como o próprio Indec ou o Consejo Nacional de Desarrollo, Conade). Sourrouille também havia vivido um período nos Estados Unidos, trabalhando em Harvard junto ao latino-americanista Richard Mallon. Ambos se conheceram na Cepal, no Chile<sup>12</sup>, o que aponta para outro dos eixos de estruturação do grupo (uma experiência compartilhada por outro de seus membros, Roberto Frenkel): a participação no circuito latino-americano que transitava entre a Cepal (em Santiago e nas suas filiais) e as agências internacionais e centros acadêmicos com sede nos Estados Unidos. Na Argentina, duas instituições foram centrais para essas articulações, projetando seus integrantes na cena política e acadêmica local: o Centro de Investigaciones Económicas do Instituto Torcuato Di Tella e o Instituto de Desarrollo Económico y Social (Ides), criados respectivamente em 1958 e 1960 (cf. Neiburg e Plotkin, 2004). Durante a ditadura militar, que antecedeu a chegada desses jovens às mais altas posições da gestão estatal da economia, especialmente o Ides (em quase todo esse período sob a direção de Sourrouille) converteu-se num *think tank* pelo qual passaram os criadores e gestores do Plano Austral<sup>13</sup>.

11. Isso nas palavras de Heymann, em entrevista a F. Neiburg em Buenos Aires, novembro de 2003.

12. Entrevistas de J. Sourrouille a F. Neiburg, Buenos Aires, 7/10 e 6/11 de 2003.

13. Entre o Ides e o Instituto Di Tella transitava também o sociólogo do grupo, Juan Carlos Torre, que, junto a outros cientistas sociais e comunicólogos, integrava a equipe de assessores de Alfonsín conhecida como “Grupo Esmeralda”.

Retrospectivamente, vale a pena imaginar a singular excitação intelectual desses *money doctors* quando as vicissitudes da política os colocaram diante da possibilidade de exercitar seu saber para salvar o país e a democracia<sup>14</sup>. Tratava-se de um punhado de indivíduos que se reuniam horas e horas por dia e durante as noites, na semiclandestinidadade, pois boa parte do êxito do plano dependia de se chegar ao “dia D” sem que os detalhes fossem conhecidos pelos mercados<sup>15</sup>. Apaixonados por sua profissão, desenvolviam uma original experiência de laboratório, preparando até os detalhes mais sutis dos dispositivos que “redesenhariam a totalidade da vida das pessoas” e que, fator central para seu êxito, deviam ser anunciados no momento certo:

14. Além das já citadas entrevistas com Heymann e Sourrouille, este relato baseia-se também em entrevistas realizadas, todas em Buenos Aires, por F. Neiburg com Roberto Frenkel (19/11/2003) e Adolfo Canitrot (27/11/2003); e por F. Neiburg e M. Plotkin com Pablo Gerchunoff (14/9/2003).

15. Bresser Pereira e Nakano (1986) trataram da questão do “dia D” para a aplicação de planos heterodoxos como o Austral ou o Cruzado.

Foi uma coisa muito notável [...]. Um programa que começou em fevereiro de 1985 sendo um seminário [...] com a idéia de pensar o que se pode fazer, choque, gradualismo, a questão fiscal, a inércia inflacionária [...]. As coisas se foram armando aos poucos, em forma lógica: se pararmos a inércia, que faremos com os contratos indexados, com os créditos? A noção de estar se metendo em todos os contratos da economia, algo que também dava um certo pânico. A única coisa que nos tranquilizava era a neutralidade. Nos guiava a idéia de que os contratos deviam continuar respeitando o que as partes trataram quando os realizaram, embora nós, por uma ação de política econômica, estivéssemos perturbando suas relações de uma maneira inesperada para elas. Mas, na verdade, não era uma intervenção no resultado efetivo do contrato, mas só no plano nominal. Boa parte das pessoas entendeu isso [...]. Os argentinos sabiam perfeitamente que um peso hoje não valia o mesmo que em trinta dias. Por sorte, a taxa de 30% já estava na cabeça das pessoas, facilitava os cálculos<sup>16</sup>.

16. Entrevista com Heymann, já citada. Uma descrição detalhada da preparação do plano em termos macroeconômicos pode ser vista em Heymann (1986, 1987).

Nos meses prévios ao lançamento do Austral, a inflação aproximava-se dos 30% mensais, sem chegar de fato a esse patamar. O “dia D” seria o da realização (em sentido literal, de se fazer real) desse número de 1% ao dia – e é interessante salientar o caráter mágico desse número, pois, estritamente falando, 1% ao dia resulta em uma percentagem mensal acumulada de inflação superior a 30%. Quando os “especialistas” consideraram que esse coeficiente finalmente se havia transferido das “cabeças” às práticas e quando a perda de valor da moeda pareceu estabilizar-se nessa porcentagem, o plano foi efetivamente anunciado.

Poucas semanas antes, alguns dos integrantes daquele singular “seminário” em que se preparava o Austral tinham viajado a Washington (quase

clandestinamente, segundo recordam, em dias e por rotas diferentes) para apresentar os detalhes do projeto às máximas autoridades do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e do Federal Reserve. Embora tensa, a reunião parecia envolta num clima de familiaridade, próprio ao encontro entre velhos conhecidos, possuidores de uma mesma cultura acadêmica e econômica. Uns e outros reproduziam uma relação na qual cada um sabia já seu papel: estudantes latinos deviam demonstrar segurança em inglês e nos seus gestos, honrar a sua fama de jovens brilhantes e tornar convincentes os projetos heterodoxos que, pela primeira vez, seriam postos em prática.

Os professores deram sua aprovação. Na verdade, não era a primeira vez que escutavam idéias semelhantes. Como já foi mencionado, fazia tempo que essas teses circulavam em agências internacionais, *think tanks* e departamentos de economia de certas universidades norte-americanas. Inclusive, no começo de dezembro de 1984, ocorrera uma conferência patrocinada pelo Institute for International Economics, em Washington, na qual foram discutidas formas de terminar com a “inflação inercial”, em especial na Argentina, no Brasil e em Israel<sup>17</sup>. Um mês depois de anunciado o Austral, seria lançado um plano com aspectos semelhantes em Israel. Sete meses mais tarde, o Brasil entraria na era do Cruzado. Entre os que participaram dessa conferência havia dois indivíduos que integrariam a equipe que desenhou o plano de estabilização neste último país: Pérsio Arida e André Lara-Resende.

A consagração da teoria: alguns contrastes

Embora as distintas reconstruções do debate que levou à implementação do Plano Cruzado possam traçar genealogias diferentes (cf., por exemplo, Arida, 1986; Bresser Pereira, 1986, 1989; Rego, 1986), todos os autores reconhecem um certo caráter pioneiro no livro *Inflação: gradualismo x tratamento de choque*, publicado por Mario Henrique Simonsen em 1970. A razão de semelhante unanimidade talvez se encontre menos no conteúdo daquele trabalho (já que o autor buscava um meio-termo entre as posições) e mais no fato de que Simonsen era um dos heróis modernizadores da economia brasileira e, entre outras coisas, um dos fundadores e o primeiro diretor de uma instituição, criada na década de 1960, que se havia tornado central no campo dos economistas, a Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro), pela qual passaram vários heterodoxos dos anos de 1980<sup>18</sup>.

17. Os trabalhos foram publicados em março de 1985 pelo MIT (cf. Williamson, 1985).

18. Simonsen foi também colaborador de Roberto Campos na implementação do PAEG, ministro do general Geisel e membro das diretorias de várias empresas e bancos (ver a entrevista com Simonsen, em Biderman *et al.*, 1996, pp. 189-211).

Dois deles (André Lara-Resende e Francisco Lopes) haviam completado seus mestrados na EPGE antes de ir para os Estados Unidos para obter seus PhDs (no MIT e em Harvard, respectivamente). Ao regressar ao país, integraram-se ao recém-criado Departamento de Economia da Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Seus organizadores, Pedro Malan e Dionísio Dias Carneiro, haviam encabeçado uma cisão entre os que rodeavam Simonsen na EPGE, quando este se incorporou ao governo do general Geisel como ministro do Planejamento. Militantes favoráveis à democracia e, ao mesmo tempo, fortes em economia matemática, com um alto capital de relações internacionais e com segmentos das elites sociais do país, os jovens economistas da PUC encarnavam um grupo singular, ao qual não demoraram a se juntar outros indivíduos aos quais corresponderiam papéis-chave no Plano Cruzado, como Pérsio Arida, que, formado na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), passara um período em Princeton e outro, coincidindo com Lara-Resende, no MIT<sup>19</sup>.

Como se sabe, no começo dos anos de 1980, a PUC-RJ transformou-se numa usina de elaboração e divulgação de novas teorias e planos de estabilização – sendo o Plano Cruzado o primeiro deles. Por ali passaram vários economistas de renome e também alguns jovens latino-americanos – entre eles, um dos futuros homens do Austral, o já mencionado Roberto Frenkel, cujo artigo dedicado à análise dos mecanismos de decisão de preços em contextos de grande incerteza ou *hyperstagflation*, publicado em 1979 na revista do Ides, foi integrado ao sistema de referências correntes do grupo brasileiro.

A partir de 1984, coincidindo com o final do governo militar, ganharam certa notoriedade dois trabalhos. Ambos postulavam a necessidade de acabar com a “inflação inercial”, isto é, com o mecanismo por meio do qual o aumento de preços se transformava num processo autônomo, impulsionado pelos agentes econômicos que atuam procurando reproduzir a taxa de inflação e seus ganhos reais passados. As soluções propostas tinham ênfases diferentes. Um dos textos argumentava em favor de um período de congelamento de preços (cf. Lopes, 1984b). O outro projetava um sofisticado mecanismo de transformação dos indexadores (com os quais os brasileiros já conviviam havia duas décadas) em moeda corrente. Era justamente o trabalho apresentado na conferência de Washington por Arida e Lara-Resende (1985) e que, conhecido como “proposta Larida”, circulava no Brasil por obra do próprio Simonsen – que apadrinhava assim o projeto desses jovens, apesar das diferenças teóricas e políticas que mantinha com eles há uma década<sup>20</sup>.

19. Arida só obteve seu doutorado no MIT em 1992, o que em nada afetou sua reputação de “jovem brilhante”. Edmar Bacha, doutorado em Yale e por um tempo professor da EPGE, foi outro dos recrutados pela PUC que participaria do Cruzado. Sobre as trajetórias sociais e intelectuais do Departamento de Economia da PUC-RJ (fundado em 1977), ver Loureiro (1997, pp. 65-95) e Dezalay e Garth (2002, pp. 100-103).

20. Os bastidores da elaboração do Plano Cruzado foram reconstruídos por jornalistas (em especial Sardenberg, 1987) e relatados pelos próprios protagonistas, por exemplo nas entrevistas dadas por Bacha, Gonzaga Belluzo, Lara-Resende e Arida a Biderman *et al.* (1996) e por Cardoso de Mello, Sayad e Lopes a Mantega e Rego (1999)



Alguns contrastes entre os processos de legitimação das heterodoxias no Brasil e na Argentina são bastante sugestivos. Um primeiro ponto refere-se às relações entre gerações de profissionais, sempre mais marcadas por rupturas no segundo país do que no primeiro. Os brasileiros podiam citar em seus trabalhos uma constelação eclética de professores (o próprio Simonson, Rangel, Furtado ou Delfim Netto, por exemplo), algo quase impensável entre os argentinos (com a única eventual exceção de Julio Oliveira, um reconhecido acadêmico que nunca foi alto funcionário do Estado nem teve participação de destaque na empresa privada)<sup>21</sup>. Isso, por sua vez, indica padrões diferentes entre os segmentos das elites intelectuais e políticas: certamente nenhum dos jovens economistas democráticos argentinos reconheceria o apadrinhamento de (ou ainda algum mérito intelectual em) qualquer funcionário do governo militar anterior, como podiam fazê-lo seus amigos brasileiros. Por fim, embora as biografias sociais de ambos os grupos mostrem vários paralelismos (como trajetórias de ascensão social por meio da profissionalização e da passagem pelos Estados Unidos), entre os brasileiros predominava uma proximidade maior com elites que sempre se mostraram mais coesivas – algo certamente característico de uma sociedade mais diferenciada e menos plebéia que a Argentina<sup>22</sup>.

A tudo isso se deve adicionar o fato de que as teorias heterodoxas tiveram outros focos de produção (não só a PUC-RJ), que gozavam também de prestígio intelectual e boas articulações com os campos político e econômico. O segundo desses focos era a Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (Eaesp) e a *Revista de Economia Política*, fundada em 1981 por Luis Carlos Bresser Pereira. Professor da Eaesp e da Faculdade de Economia e Administração da USP (FEA), onde obteve seu doutorado (depois de um MA em Michigan), Bresser fora aluno de outro dos heróis modernizadores da economia brasileira, Antonio Delfim Netto, integrante da lista dos homens fortes do regime militar. A revista de Bresser foi um dos meios mais dinâmicos de difusão das “teses inercialistas” (das quais, segundo vários comentaristas, tinha certa razão em proclamar-se precursor) (cf., por exemplo, Bresser Pereira e Nakano, 1984; Rego, 1986)<sup>23</sup>. Outro elemento impensável para seus amigos argentinos: manter uma relação de certa proximidade com Delfim Netto e, ao mesmo tempo, fundar uma revista que tinha (e tem) como “patronos” figuras que, identificadas com o progressismo, merecem um respeito teórico unânime entre os economistas brasileiros das várias correntes: Caio Prado Jr., Celso Furtado e Ignácio Rangel.

21. Mesmo o próprio Raúl Prebisch, criador do Banco Central argentino, em 1935, e da Cepal, em 1948, nunca foi uma unanimidade em seu país.

22. Vale lembrar que, entre os “engenhosos pais do Cruzado”, havia alguns verdadeiros herdeiros, como Francisco Lopes, filho de Lucas Lopes, entre outras coisas presidente do BNDE e ministro da Fazenda. Também, algo raro entre os argentinos, vários deles estavam muito bem casados, com filhas de autênticas “grandes famílias” da elite brasileira (um elemento importante nesse universo altamente masculino dos gestores da política econômica).

23. Como se sabe, Bresser não demoraria em ter a oportunidade de pôr em prática suas idéias, quando, em julho de 1987, substituiu Dilson Funaro à frente do Ministério da Fazenda (lançando a “segunda fase” do Plano Cruzado, conhecida como “Plano Bresser”).

24. A maior dinâmica da esfera pública econômica no Brasil durante essa época, comparada à da Argentina, contrasta com a história da disciplina em cada país: na Argentina, a primeira Faculdade de Ciências Econômicas foi fundada em 1913 e até o fim dessa década já havia duas revistas acadêmicas de importância (a *Revista de Ciencias Económicas* e a *Revista de Economía Argentina*). No Brasil, a primeira Faculdade de Economia foi criada em 1946 (um ano depois, foi lançada a *Revista Brasileira de Economia*, primeira publicação do gênero no país).

25. Já em dezembro de 1984, muito antes do Austral, Lara-Resende (1984b) publicara uma série de artigos na *Gazeta Mercantil*, propondo uma “moeda indexada” para “romper o frustrante imobilismo a que está relegada a política antiinflacionária”. Numa linha semelhante, Arida (1984b) publicou outro texto no mesmo diário, em outubro (Arida, 1984a), e um artigo em inglês no Woodrow Wilson International Center for

Outra característica comum dos heterodoxos de São Paulo e do Rio de Janeiro era também relativamente mais rara entre os argentinos: uma trajetória contínua nos meios empresariais e financeiros e na burocracia do governo, ainda durante o período do governo militar ao qual se opunham. Alguns participavam da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), criada em 1973 na FEA-USP e que representava de modo exemplar a articulação dos novos profissionais da economia com a modernização do campo econômico na época do “milagre brasileiro”; outros publicavam regularmente na importante revista *Pesquisa e Planejamento Econômico*, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), pertencente ao Ministério do Planejamento. Assim, às suas articulações acadêmicas e políticas intergeracionais, os brasileiros podiam somar um alto capital de credibilidade, fundado na proximidade com o mercado e com o Estado. Já entre os argentinos, só Brodersohn tinha características semelhantes. Loureiro, por sua vez, chamou a atenção para uma regularidade entre os economistas brasileiros que chegaram à vida adulta no início dos anos de 1980: sua passagem pela consultoria de grandes empresas como uma escala prévia à gestão política (1997, pp. 90-94).

Há ainda outro contraste que merece ser comentado: do lado argentino, como vimos, o relato de um seminário acadêmico semiclandestino; do lado brasileiro, uma intensa participação em discussões públicas. É verdade que se deve levar em conta a cronologia, o fato de que os planos argentino e israelense foram lançados antes do Cruzado. Também é verdade que a contraposição deve ser creditada mais a um registro de graus e de ênfases: os detalhes do plano brasileiro foram também elaborados em segredo (recoremos a importância do “dia D”) e na Argentina havia igualmente uma sensação de iminência antes dos anúncios (embora a palavra “heterodoxia” não fosse de modo algum corrente na imprensa no período prévio ao anúncio do Austral). De qualquer modo, mesmo com todas essas precauções, o contraste parece revelar peculiaridades significativas das esferas públicas econômicas em cada país<sup>24</sup>.

De fato, no período entre o lançamento do Austral e o anúncio do Cruzado, a experiência dos vizinhos (que já havia começado a dar sinais de debilidade) foi amplamente debatida no Brasil, em publicações de caráter mais acadêmico (cf., por exemplo, Bresser Pereira, 1985; Modiano, 1986), em âmbitos jornalísticos (como *IstoÉ*, *Exame* ou *Gazeta Mercantil*)<sup>25</sup> e em meios empresariais – refletindo não só a escala, a institucionalização e a continuidade do campo dos economistas nesse país, mas também uma rara

certeza: antes de ser anunciado, o plano heterodoxo brasileiro já parecia aceito como um fato, mesmo pelos economistas mais identificados com a ortodoxia. E nada havia semelhante a uma fatalidade no tom dessa aceitação. Figuras como Delfim Netto ou o próprio Simonsen admitiam ser a hora dos mais jovens e reconheciam méritos nas idéias heterodoxas (embora expressassem diferenças ou exigissem revisões, principalmente quanto ao congelamento de preços)<sup>26</sup>.

Por outro lado, outros grandes nomes da geração anterior, ligados ao estruturalismo e ao desenvolvimentismo (como Celso Furtado), mantinham relações de estreita proximidade com o terceiro foco de gestores do Plano Cruzado, do qual participavam Luiz Gonzaga Belluzo, João Manuel Cardoso de Mello e Maria da Conceição Tavares. Esse grupo ligava-se a instituições acadêmicas que ocupavam posições reconhecidamente diferentes das da PUC-RJ, da EPGE ou da Eaesp, como o Departamento de Economia da Unicamp ou o Instituto de Economia da UFRJ<sup>27</sup>. Com tal diversidade, aos olhos dos argentinos, o Cruzado não podia senão aparecer como resultado de uma rara confluência entre indivíduos de trajetórias variadas e de legitimidades políticas e acadêmicas contrastantes. Uma percepção bem fundada, se considerarmos o esboço aqui proposto das configurações diferenciais das relações entre intelectuais (economistas) e elites estatais em cada país<sup>28</sup>.

Quando, em 28 de fevereiro de 1986, o presidente José Sarney e seu ministro da Fazenda, Dílson Funaro, anunciaram as “mudanças fundamentais na economia” que se instituíam a partir daquele dia, não deixaram de explicar aos “brasileiros e brasileiras” os fundamentos conceituais da reforma. Depois de esclarecer que “as medidas não são cópia de nenhum programa instituído por qualquer outro país” (em óbvia referência aos dispositivos do Austral), Sarney disse, entre outras coisas: “Estamos derrubando os muros da fortaleza inflacionária. Ainda enfrentamos a força dos hábitos há tempos arraigados. Basta lembrar que a inflação e a correção monetária fazem parte da vida e dos hábitos de nossas novas gerações, que não conhecem outra economia senão essa”. E Funaro completou:

A inflação brasileira se desgarrou dos fatores originais que a impulsionaram. Passou a extrair forças do seu próprio movimento. A existência da correção monetária, aplicada de forma generalizada sobre os valores, contaminou a psicologia de todos os agentes econômicos e marginalizou o cruzeiro em suas funções monetárias. Todos começaram a fazer os cálculos dos seus rendimentos e de seu patrimônio em ORTN<sup>29</sup>.

Schollars (Arida, 1984b).

26. Embora manifestasse reservas, Delfim num primeiro momento não duvidou em qualificar seus autores de “brilhantes” (*IstoÉ*, 5/3/1996, pp. 20-21). Cf. Delfim Netto (1985) e Lara-Resende (1984).

27. Outro dos gestores do plano, João Sayad, fizera carreira na FEA-USP.

28. É claro que essa afirmação sobre as percepções dos contrastes entre ambos os universos nacionais não pretende ocultar as agudas diferenças entre os vários gestores do Plano Cruzado (especialmente, entre o grupo Unicamp/UFRJ e o grupo da PUC-RJ).

29. “Plano de estabilização (documentos)”, *Revista de Economia e Política*, 6 (3): 112-115, 1986.

Rara magia a da ciência econômica que consegue produzir termos tão semelhantes em anúncios dirigidos a públicos tão diversos: aqui, a população de um país, ali, um seletivo grupo de especialistas. O certo é que a aproximação entre ambos os públicos era o resultado de um lento processo ao fim do qual os cérebros da teoria da inflação inercial se haviam convertido em verdadeiros intelectuais públicos. De fato, enquanto se anunciava a reforma monetária, os brasileiros bem informados podiam, quase ao mesmo tempo, ler as obras nas quais se apresentava a teoria que lhe servia de fundamento. Assim, por exemplo, apenas dois meses depois do lançamento do plano, e com o título “Garantia na embalagem”, a revista *IstoÉ* (25/8/1986) difundia a resenha de dois livros publicados naquela época: *Choque heterodoxo* (Lopes e Arida, 1984) e *Inflação zero* (Arida, 1986). Informava também, de passagem, a decisão de seus autores de pedir às editoras (Campus e Paz & Terra) que – coisa rara na época, dado o permanente aumento de preços – imprimissem o valor dos livros na capa, como “garantia de estabilidade”.

Conclusão: a propósito do “Orloff” e de outros efeitos

A antropologia desenvolveu um rico instrumental conceitual para analisar as dimensões dramática e performática dos rituais do Estado (cf., por exemplo, Peirano, 2001). Durante as últimas duas décadas do século XX, em países como Brasil e Argentina, a implantação de sucessivos planos de estabilização monetária ganhou uma dimensão ritual semelhante. Já mencionei o conteúdo dramático do anúncio do presidente Alfonsín sobre a “economia de guerra”, primeiro, e o Plano Austral, pouco depois, mobilizando a população em defesa do sistema político e invocando os fantasmas da pior experiência autoritária da Argentina moderna. Em comparação, os termos de Sarney foram muito menos apelativos, mas a dimensão dramática estava implícita em cada um de seus atos. Mostrava-se inclusive no fragmento de discurso de lançamento do Cruzado no qual se referiu a seus compromissos com a Aliança Democrática – coalizão de sustentação política do seu governo, ao qual tinha sido alçado depois da morte de Tancredo Neves, que, designado presidente pelo Colégio Eleitoral ao fim do regime militar, não chegou a governar – internado para se submeter a uma operação abdominal no dia 14 de março de 1985, véspera da posse, faleceu 38 dias depois, vítima de uma infecção generalizada. A história parecia reforçar o sentido da tragédia nacional: era 21 de abril, dia de Tiradentes, “már-

tir da independência” do Brasil. Certamente, no Brasil, esse era também um tempo político impregnado de sentido de tragédia.

Qualquer um que tenha vivido nesses países naquela época não terá dificuldade de se lembrar dos repetidos anúncios, em cadeia nacional de rádio e televisão, de congelamentos, poupanças forçadas e mudanças de denominação das moedas correntes, seguidos de feriados bancários nos quais não só os profissionais da economia, mas também os assalariados, os devedores de cotas bancárias, os locatários, enfim, a maior parte dos cidadãos, eram expostos aos novos dispositivos concebidos para, dessa vez sim, salvar a coletividade da peste da instabilidade monetária. Sem dúvida, parte da eficácia pedagógica dos anúncios tinha a ver com a própria retórica e, em particular, com a dramaticidade da retórica da “crise” que cada plano de estabilização prometia finalmente superar. No caso da Argentina, uma e outra vez eram acionados os temas centrais de uma narrativa que reconhecia uma profundidade de mais de meio século: a decadência nacional por culpa da qual, a cada dia, a coletividade afastava-se de um passado de esplendor e o país era colocado diante da perspectiva quase fatal de sua própria dissolução<sup>30</sup>. No Brasil, o horizonte da crise não era a dissolução nacional nem a perda de um passado de glória, mas o desvio da estrada para a grandeza. Esse foi o motivo central do ministro Funaro em seu discurso de lançamento do Cruzado: recuperar “o caminho das promessas do crescimento brasileiro”, a necessidade de “despertar a nação e movimentar suas forças poderosas” (cf. também Funaro *apud* Rego, 1986, pp. i-iii).

Vemos que, como nos tempos de Nicolas Oresme, invocados no começo deste texto, a articulação entre a narrativa econômica erudita e as culturas da economia, difundidas na esfera pública e incorporadas em forma de disposições pelos indivíduos, opera em boa medida por meio de imagens e metáforas relativas à natureza – imagens e metáforas centrais nas representações das crises que serviram para justificar a aplicação de planos de estabilização monetária<sup>31</sup>.

Um movimento semelhante, entre os termos da ciência e da cultura mediados por metáforas e imagens naturais, serviu também para representar as similitudes entre as experiências vividas no Brasil e na Argentina na época das heterodoxias. Os apelos aos mistérios do caráter nacional e da vizinhança, que desde o início serviram para descrever o destino comum de argentinos e brasileiros (e os contrastes e as coincidências entre os planos aplicados em cada país), não demoraram a ganhar o estatuto de teoria, com o enunciado do chamado “efeito Orloff”, como passou a ser conhecida no Brasil a lei

30. Em outro trabalho, propus uma análise da narrativa da crise argentina construída depois de 1930 (cf. Neiburg, 1997, cap. 3). Os debates motivados pela última grande desestabilização monetária argentina (dezembro de 2001) demonstram até que ponto esses motivos associados à dissolução nacional continuam sendo acionados pelos economistas e outros intelectuais públicos desse país. Embora notadamente sem considerar os economistas, Sigal e Kessler (1997) ensaiaram uma sugestiva análise das narrativas intelectuais da crise hiperinflacionária de 1989.

31. Para uma reflexão geral sobre o lugar das imagens naturais na legitimação das teorias econômicas, ver Mirovski (1994).



segundo a qual “a Argentina de hoje é o Brasil de amanhã” – uma generalização do *slogan* utilizado na época pela campanha publicitária da conhecida vodca Orloff, em que um personagem, referindo-se aos efeitos colaterais positivos (contra a ressaca) da bebida, advertia (antes de tomar): “Eu sou você amanhã”. Essa teoria conheceu seu auge quando os planos Cruzado e Austral tiveram de passar por ajustes batizados, em ambos os lados da fronteira, com o nome de estações do ano: os planos “Primavera” (agosto de 1988) e “Verão” (janeiro de 1989), respectivamente na Argentina e no Brasil, como ordenava o “efeito Orloff”, não só difundido no senso comum de amplas camadas da população de ambos os países e acionado nos meios de comunicação, mas aparentemente plenamente aceito também pelos arquitetos da política econômica.

Já mencionei que o caráter incipiente da pesquisa na qual se baseia este texto não permite ir muito além no argumento comparativo relativo às culturas econômicas. Já me referi também a uma razão que obriga a tornar mais complexa nossa visão sobre o poder da ciência econômica de formatar o mundo social segundo sua própria maneira de representá-lo: o fato de que, como toda ciência, esta existe como um mundo diferenciado, hierarquizado, de teorias e teóricos. Cabe acrescentar agora outra razão, que resulta do que foi exposto até aqui: apesar de suas demandas de universalidade (sistematizadas na linguagem abstrata das equações e dos números), os saberes econômicos são devedores de tradições intelectuais nacionais e sua transformação em políticas (algo essencial para sua eficiência performativa) depende de condições de legitimação e de implementação internacionais, mas também nacionais<sup>32</sup>. Por fim, os dispositivos inventados pelos economistas (como as próprias moedas) são objeto de elaborações sociais, isto é, revestidos de sentidos e inseridos em contextos que nem sempre são aqueles imaginados pelos economistas (cf., por exemplo, Viviana Zelizer, 1994). Mas deixemos para outra ocasião esse registro do argumento (que exige examinar, por exemplo, os sentidos associados a “tablitas” de deságio, indexadores, bônus e outras quase-moedas) e voltemos por uma última vez aos economistas e suas heterodoxias.

Visto de hoje (não é tarefa do sociólogo, como costuma ser a do economista, imaginar cenários futuros), o ciclo de planos de estabilização iniciado em meados dos anos de 1980 com o Austral e o Cruzado terminou no fim da década seguinte. Um olhar sobre a última geração desses planos permite completar estas notas comparativas entre ambos os contextos nacionais, pensando nas condições sociais responsáveis por favorecer os con-

32. Sobre a dimensão das tradições nacionais, ver por exemplo Fourcade-Gourinchas (2001). Para uma análise da produção de saberes sobre a sociedade que considera ao mesmo tempo as condições nacionais e internacionais de sua legitimação e de sua implementação numa perspectiva comparativa, ver De L’Estoile, Neiburg e Sigaud (2002).



trastes entre eles: do lado brasileiro, “gradualismo”; do lado argentino, “ruptura”. Uma representação muito presente na época, dados os diferentes ritmos e modalidades adquiridos em cada país pela transição dos governos militares aos civis, mas que não demorou a ser generalizada a outros planos da vida social e, em especial, ao das políticas econômicas – e isso apesar das exceções que, como costuma ocorrer com os estereótipos, acabam confirmando a regra, como foi o caso do chamado “Plano Collor” (1991) e seu fracasso<sup>33</sup>.

Na Argentina, o último e talvez mais heterodoxo foi o Plano de Convertibilidade (1991), cujo objetivo, como mandava a teoria inercialista, era eliminar a inflação por meio da transformação do principal indexador da economia (nesse caso, o dólar) em moeda corrente – instituindo um rígido sistema de *currency board* que estabelecia, por lei, a livre conversibilidade entre o peso e a divisa estrangeira. Por sua parte, o último plano de estabilização aplicado no Brasil (o Plano Real) apostava num modelo sofisticado de transição entre duas moedas de curso legal (o velho cruzeiro e o novo real) mediante uma terceira moeda virtual (a URV, Unidade Real de Valor), que permitia reprogramar os contratos. A partir de então, os contrastes só faziam acentuar-se. De um lado, a mais recente “crise argentina” que, em algumas poucas semanas em 2001, junto com a convertibilidade, levou consigo quatro presidentes, o primeiro deles Fernando de la Rúa, acompanhado de seu ministro da economia, Domingo Cavallo, “pai” do regime monetário instituído dez anos antes. De outro lado, a permanência do real, inclusive depois de terminado, em 2002, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que o havia instituído oito anos antes.

Na Argentina, enfim, um grupo de profissionais da economia, Cavallo e seus colegas da Fundação Mediterrânea, e depois Roque Fernández e seus colegas do Cema (Centro de Estudios Macroeconómicos Argentinos), que construíram sua identidade teórica e política em oposição aos idealizadores do Austral, no caso do Cema, inclusive como representantes locais da “Escola de Chicago”, negando todo diálogo com as tradições nacionais do pensamento econômico<sup>34</sup>. No Brasil, ao contrário, o Real pode ser visto (e de fato o foi) como um segundo ensaio de pelo menos um segmento da equipe do Cruzado, o dos teóricos da inflação inercial, reunidos na PUC-RJ por Pedro Malan, ministro durante as duas gestões de Fernando Henrique Cardoso. Creio que os comentários realizados ao longo deste artigo, sobre as características das relações entre intelectuais e campo burocrático e sobre os graus diferenciais de coesão entre segmentos das elites brasileira e argentina,

33. Uma nota do jornal *Clarín* de Buenos Aires em 12/7/1985, intitulada “Gradualismo brasileiro y shock argentino”, expressa esse contraste entre políticas econômicas. O Plano Collor envolveu, entre outras coisas, uma mecânica característica das heterodoxias: violenta intervenção estatal em nome da liberdade de mercado (com o “confisco da poupança” aplicado pela ministra Zélia Cardoso de Mello). Collor seria pouco depois destituído, ao fim de um processo de *impeachment*.

34. Para pensar na densidade diferencial do universo dos economistas em ambos os países, é significativo que no Brasil, apesar de existirem economistas identificados com o monetarismo, não haja nenhum centro acadêmico que se identifique como filial local dessa escola.

permitem compreender pelo menos em parte as condições sociais nas quais se fundam semelhantes contrastes.

Os economistas dedicam-se a julgar as causas dos êxitos e dos fracassos dos planos econômicos conforme a perspectiva de sua “consistência interna”. Procurando resolver o mesmo mistério, os cientistas políticos costumam especular sobre os mecanismos de “criação de consensos” (entre partidos e setores sociais) que dão sustentação aos programas de estabilização. Às “outras” ciências sociais (a antropologia, a sociologia e a história), não lhes cabem interrogações semelhantes. Em vez disso, seu objetivo deve ser (como foi neste artigo) o de descrever a construção social das teorias econômicas, os complexos mecanismos que lhes dão legitimidade e as difundem além do estreito círculo dos especialistas, compreendendo também os processos por meio dos quais essas teorias se fundem com outras formas de conceituar as relações entre as pessoas e a vida em sociedade.

#### Referências Bibliográficas

- ARIDA, P. (1984a), “Economic stabilization in Brazil”. *Working Paper*, 149, Washington, Woodrow Wilson International Center for Scholars.
- \_\_\_\_\_. (1984b), “A ORTN serve apenas para zerar a inflação inercial”. *Gazeta Mercantil*, 19/10.
- \_\_\_\_\_. (1986), *Inflação zero: Brasil, Argentina, Israel*. Rio de Janeiro, Paz & Terra.
- ARIDA, P. & LARA-RESENDE, A. (1985), “Inertial inflation and monetary reform in Brazil”. In: WILLIAMSON, J. (ed.). *Inflation and indexation: Argentina, Brazil and Israel*. Cambridge, Mass., MIT Press.
- BAER, W. & KERSTENETZKY, I. (1964), *Inflation and growth in Latin America*. Homewood, Irwin.
- BERROTARÁN, P. *et al.* (2004), “La construcción de un problema: los debates en torno a la inflación. Argentina (1940-1952)”. In: \_\_\_\_\_. *Intelectuales, crisis y cuestión de Estado, Argentina 1930-2000*. Buenos Aires, Ediciones Al Margen.
- BIDERMAN, C.; COZAC, L. F. & REGO, J. M. (orgs.). (1996), *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo, Editora 34.
- BOURDIEU, P. (1977), *Algérie 60: structures économiques et structures temporelles*. Paris, Minuit.
- BRESSER PEREIRA, L. C. (1985), “Como a Argentina acabou com sua inflação inercial”. *Gazeta Mercantil*, 17/7, p. 4.
- \_\_\_\_\_. (1986), “Inflação inercial e Plano Cruzado”. *Revista de Economia Política*, 6 (3): 9-24.

- \_\_\_\_\_. (1989), "A teoria da inflação inercial reexaminada". In: REGO, J. M. (org.). *Aceleração recente da inflação*. São Paulo, Bional.
- BRESSER PEREIRA, L. C. & NAKANO, Y. (1984), "Fatores aceleradores, mantenedores e sancionadores da inflação". *Revista de Economia Política*, 4 (1).
- \_\_\_\_\_. (1986), "Inflação inercial e choque heterodoxo no Brasil". In: REGO, J. M. (org.). *Inflação inercial, teorias sobre inflação e Plano Cruzado*. Rio de Janeiro, Paz & Terra.
- CALLON, M. (1998), "Introduction: the embeddedness of economic markets in economics". In: \_\_\_\_\_ (org.). *The laws of the markets*. Oxford, Blackwell, pp. 1-57.
- CAMPOS, R. (1986), "Two views of inflation". In: HIRSCHMAN, A. (org.). *A economia como ciência moral e política*. São Paulo, Brasiliense (1 ed. 1961).
- DE L'ESTOILE, B., NEIBURG, F. & SIGAUD, L. (2002), "Antropologias, impérios e Estados nacionais: uma abordagem comparativa". In: \_\_\_\_\_ (orgs.). *Antropologia, impérios e Estados nacionais*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- DELFIN NETTO, Antonio. (1985), "Alfonsin substitui demagogia por coerência". *Revista de Economia e Política*, 5 (4).
- DEZALAY, Y. & GARTH, B. (2002), *The internationalization of palace wars: lawyers, economists, and the contest to transform Latin American states*. Chicago, University of Chicago Press.
- DIXON, K. (1998), *Les évangélistes du marché*. Paris, Raison d'Agir.
- DRAKE, P. W. (1994), *Money doctors, foreign debts, and economic reforms in Latin America from the 1890s to the present*. Wilmington, SR Books.
- FOURCADE-GOURINCHAS, M. (2001), "Politics, institutional structures and the rise of economics: a comparative study". *Theory and Society*, 30.
- FOURCADE-GOURINCHAS, M. & BABB, S. (2002), "The rebirth of the liberal creed: paths to neoliberalism in four countries". *American Journal of Sociology*, 108 (3): 533-579.
- FRENKEL, R. (1979), "Decisiones de precios en alta inflación". *Desarrollo Económico*, 19 (75).
- GUDEMAN, S. (1986), *Economics as culture*. Londres, Routledge & Kegan Paul.
- GUDIN, E. (1967), "A institucionalização da inflação". *Digesto Econômico*, 163.
- HALL, P. (ed.). (1989), *The political power of economic ideas: keynesianism across nations*. Cambridge, Harvard University Press.
- HEYMANN, Daniel. (1986), *Tres ensayos sobre inflación y políticas de estabilización*. Buenos Aires, Cepal.
- \_\_\_\_\_. (1987), "The Austral Plan". *The American Economic Review*, 77 (2): 284-287.
- HEYMANN, D. & LEIJONHUFVUD, A. (1995), *High inflation*. Oxford/Nova York, Oxford University Press.

- HIRSCHMAN, A. (1963), "Inflation in Chile". In: \_\_\_\_\_. *Journeys toward progress: studies of economic policy-making in Latin America*. Nova York, Norton, pp. 159-223.
- \_\_\_\_\_. (1984), "La matriz social y política de la inflación: elaboración sobre la experiencia latinoamericana". In: \_\_\_\_\_. *De la economía a la política y más allá*. México, Fondo de Cultura Económica, pp. 225-267 (1 ed. 1981).
- KAYE, J. (1988), "The impact of money on the development of fourteenth-century scientific thought". *Journal of Medieval Studies*, 14: 251-270.
- LARA-RESENDE, A. (1984a), "A moeda indexada: uma proposta para eliminar a inflação inercial". *Texto para Discussão*, 5, Rio de Janeiro, PUC-RJ, Departamento de Economia.
- \_\_\_\_\_. (1984b) "A moeda indexada nem mágica nem panacéia". *Gazeta Mercantil*, 26, 27 e 28 de setembro.
- LEBARON, F. (2000), *La croyence économique: les économistes entre science et politique*. Paris, Seuil.
- LOPES, F. (1984), *Choque heterodoxo: combate à inflação e reforma monetária*. Rio de Janeiro, Campus.
- LOUREIRO, M. R. (1997), *Os economistas no governo*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- LOVE, J. (1994), "Economic ideas and ideologies in Latin America since 1930". In: BETHELL, L. (ed.). *Ideas and ideologies in twentieth century Latin America*. Nova York, Cambridge University Press.
- MACKENZIE, D. & MILLO, Y. (2003), "Negotiating a market, performing theory: the historical sociology of a financial derivatives exchange". *American Journal of Sociology*, 109 (1): 107-146.
- MANTEGA, G. & REGO, M. (1999), *Conversas com economistas brasileiros II*. São Paulo, Editora 34.
- MIROWSKI, P. (ed.). (1994), *Natural images in economic thought*. Cambridge/Nova York, Cambridge University Press.
- MODIANO, E. (1986), "O choque argentino e o dilema brasileiro". *Revista de Economia Política*, 6 (2).
- NEIBURG, F. (1997), *Os intelectuais e a invenção do peronismo*. São Paulo, Edusp.
- NEIBURG, F. & PLOTKIN, M. (2004), "Internationalisation et développement. 'Les Di Tella' et la nouvelle économie en Argentine". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 151-52: 57-67.
- OLIVERA, J. G. (1960), "Teoría no monetaria de la inflación". *Trimestre Económico*, XXXVII.
- \_\_\_\_\_. (1967), "Aspectos dinámicos de la inflación estructural". *Desarrollo Económico*, 7 (27).

- PANTALEÓN, J. (2004), "El surgimiento de la nueva economía argentina: el caso Bunge". In: NEIBURG, F. & PLOTKIN, M. (orgs.). *Intelectuales y expertos: la construcción del conocimiento social en la Argentina*. Buenos Aires, Paidós, cap. 6.
- PEIRANO, M. (org.). (2001), *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/NuAP.
- RANGEL, I. (1963), *A inflação brasileira*. São Paulo, Brasiliense.
- REGO, J. M. (org.). (1986), *Inflação inercial, teorias sobre inflação e o Plano Cruzado*. Rio de Janeiro, Paz & Terra.
- SARDENBERG, C. A. (1987). *Aventura e agonia: nos bastidores do cruzado*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SIGAL, S. & KESSLER, G. (1997), "La hiperinflación en Argentina: comportamientos y representaciones sociales". In: CANTON, D. & JORRAT, J. R. (orgs.). *La investigación social hoy*. Buenos Aires, CBC/UBA, pp. 155-187.
- SIKKINK, K. (1991), *Ideas and institutions: developmentalism in Brazil and Argentina*. Ithaca, Cornell University Press.
- SIMONSEN, M. H. (1964), *A experiência inflacionária do Brasil*. Rio de Janeiro, APEC.
- \_\_\_\_\_. (1970), *Inflação: gradualismo x tratamento de choque*. Rio de Janeiro, APEC.
- SNOWDON, B. (2004), "Outside the mainstream: an interview with Axel Leijonhufvud". *Macroeconomic Dynamics*, 8 (1): 117-145.
- SOLA, L. (1991), "Heterodox shock in: Brazil. Técnicos, politicians and democracy". *Journal of Latin American Studies*, 20.
- SPITTA, A. (1988), "La cultura de la inflación en la Argentina: observaciones cotidianas de un extranjero". In: BOTANA, N. & WALDMANN, P. (orgs.). *El impacto de la inflación en la sociedad y la política*. Buenos Aires, Tesis, ITDT, pp. 125-150.
- SUNKEL, O. (1958), "La inflación chilena: un enfoque heterodoxo". *El Trimestre Económico*, 25 (4).
- WEIR, M. & SKOCPOL, T. (1989), "State structures and the possibilities for 'keynesian' responses to great depression in Sweden, Britain and the United States". In: EVANS, P.; RUESCHEMEYER, D. & SKOCPOL, T. (eds.). *Bringing the state back in*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 107-163.
- WILLIAMSON, John. (1985), *Inflation and indexation: Argentina, Brazil and Israel*. Cambridge, MIT Press.
- ZELIZER, V. (1994), *The social meaning of money: pin money, paychecks, poor relief and other currencies*. Nova York, Basic Books.

Resumo

*Economistas e culturas econômicas no Brasil e na Argentina: notas para uma comparação a propósito das heterodoxias*

Este artigo propõe uma abordagem sobre a história social e cultural da economia (e em especial sobre o fenômeno da inflação) preocupada em articular (a) a lógica social que subjaz à produção de teorias econômicas (considerando as trajetórias e propriedades sociais dos profissionais da economia), (b) as modulações das esferas públicas econômicas nacionais (que servem como canais de difusão para as visões econômicas do mundo social fora do estreito círculo dos especialistas) e (c) as culturas econômicas (isto é, as formas mais gerais de representar e de agir na vida econômica). O artigo focaliza um capítulo recente da história cultural da economia marcado pela aplicação de planos de estabilização monetária reconhecidos como “heterodoxos”, no Brasil e na Argentina (os planos Cruzado e Austral). A análise comparativa procura iluminar, por contraste, a consagração dos economistas como intelectuais públicos, os mecanismos por meio dos quais se exerce a pedagogia da economia e as relações entre culturas econômicas e culturas nacionais em ambos os países.

Palavras-chave: Economistas; Culturas econômicas; Inflação; Brasil; Argentina.

Abstract

*Economists and economic cultures in Brazil and Argentina: toward a comparison on heterodoxies*

This article approaches social and cultural history of economy (especially the phenomenon of inflation) by examining the interconnections between (a) the social logic underlying the production of economic theories (taking into account the social careers and profiles of economic experts), (b) the modulations of national public economic spheres (which serve as channels for propagating economic visions of the social world beyond the narrow circle of specialists), and (c) economic cultures (that is, the general forms of representation and agency found in economic life). The article focuses on a recent period in the economic cultural history of Brazil and Argentina, dominated by the application of monetary stabilization plans depicted as “heterodox” (the Cruzado and Austral plans). The comparative analysis looks to reveal the transformation of economists into public intellectuals, the mechanisms through which economic pedagogy is achieved, and the relations between economic and national cultures in the two countries.

Keywords: Economists; Economic cultures; Inflation; Brazil; Argentina.

Texto recebido em 07/2004 e aprovado em 08/2004.

Federico Neiburg é professor do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS, Museu Nacional, UFRJ) e pesquisador do CNPq. Coordena o Núcleo de Pesquisas em Cultura e Economia (NuCEC, [www.cultura-economia.com](http://www.cultura-economia.com)). E-mail: [fneiburg@terra.com.br](mailto:fneiburg@terra.com.br).